

CONCURSO CEPAL-VALOR

TEMA: O futuro do crescimento com igualdade no Brasil

Crescimento Inclusivo no Brasil

EDUARDO AUGUSTO DE LIMA GIULIANI¹



31 de agosto de 2018

Resumo executivo

O futuro do crescimento com igualdade no Brasil apresenta muita incerteza. De um lado o conhecimento macroeconômico da humanidade demonstra que a geração de riqueza é definida matematicamente pela gestão da demanda agregada do país que é função de taxa de câmbio, juro e poupança fiscal. Esta geração de riqueza cria empregos e tributos que devem ser gastos na infraestrutura social de educação, saúde, moradia, transporte e telecom para garantir inclusão social e eficiência no aproveitamento da capacidade intelectual do país. Questões políticas por outro lado definem a implantação de planejamentos econômicos que maximizam riqueza e inclusão social. O debate entre os candidatos demonstra a ausência de um Projeto de Brasil e ênfase em temas que não são de extrema relevância para termos crescimento com inclusão social.

¹ CrescimentoInclusivo.blog; Estudo de Produtividade do Brasil pelo McKinsey Global Institute (Telecom, Construção e Macro); MBA de Harvard; engenheiro de produção da Escola Politécnica da USP; empresário

A evolução de uma comunidade com felicidade e bem-estar social vem através da maximização de seu crescimento inclusivo, ou seja, da geração de riqueza envolvendo todos. O principal recurso disponível são os cérebros dos seres humanos, então a questão fundamental é implantar um planejamento que utilize todos estes cérebros da melhor maneira possível. O planejamento através da Economia é lógico e matemático, e já foi muito bem estudado por Smith, Keynes e Friedman. A implantação dele depende da política, do debate sincero e da efetiva democracia, que são os gargalos atuais da sociedade brasileira.

Temas:

- Lógica matemática do crescimento inclusivo.
- Teoria Econômica e a prática no Brasil
 - A taxa de câmbio para Competitividade Econômica Internacional: R\$8,80
 - Tabus: inflação, produtividade, educação, poupança e corrupção
- Futuro depende de Planejamento, Meritocracia e Cidadania
 - História do Brasil: Planejamento e Oligarquias
 - Candidatos e Programas de Governo

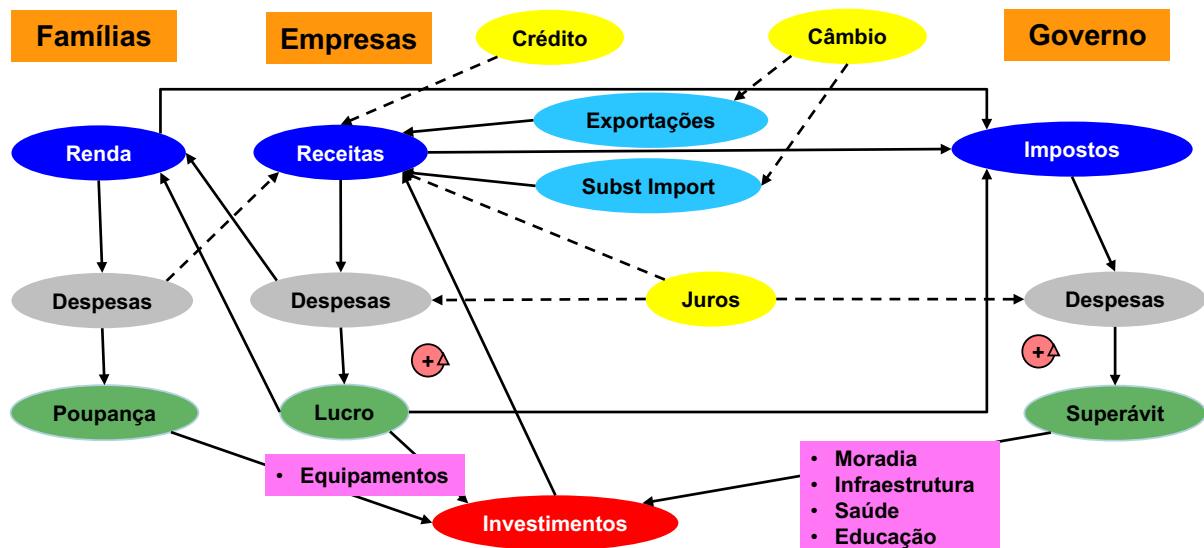
Lógica Matemática do Crescimento Inclusivo

Crescimento econômico (aumento de PIB) é induzido através do aumento de demanda agregada (demanda pelo trabalho brasileiro) que é composta de consumo (interno e externo) e investimentos (privado e público). Estas quatro demandas são influenciadas principalmente por 3 variáveis macroeconômicas:

1. Taxa de câmbio competitiva aumenta consumo externo através de exportações, substitui importações no consumo interno, aumenta lucratividade do setor privado para investimentos privados e aumenta a arrecadação de impostos para investimentos públicos.
2. Taxa de juro moderada expande oferta de crédito e diminui o custo financeiro das empresas impactando fortemente o consumo interno; diminui as despesas financeiras do governo e aumenta arrecadação viabilizando poupança fiscal maior para investimentos públicos.
3. Poupança fiscal viabiliza investimentos na infraestrutura social de educação, saúde, moradia, transporte e telecom.

Estas variáveis influenciam a economia de acordo com a Figura_1 abaixo.

Figura_1: O Sistema Econômico



Este processo tem lógica matemática. Se não houver demanda agregada suficiente para o trabalho brasileiro, há desemprego. A responsabilidade do planejamento econômico é garantir que estas variáveis macroeconômicas sejam bem definidas para que se maximize a demanda agregada pela mão-de-obra brasileira de maneira que ocupemos nossos cérebros com trabalhos cada vez mais produtivos, que exijam maior nível de conhecimento e gerem remunerações melhores.

A inclusão social vem através de bons empregos e investimentos em infraestrutura social que garantam uma maximização do aproveitamento da capacidade intelectual de toda a população e seu bem-estar.

Teoria Econômica e a Prática no Brasil

O objetivo da ciência econômica é maximizar a geração de riqueza com boa inclusão social que impacte positivamente na vida de todos os cidadãos.

O **Liberalismo** com Adam Smith enfatiza bastante o laissez-faire pregando a ausência das mãos do governo nos preços da economia. Estes preços devem ser definidos pelo equilíbrio entre oferta e demanda. Quando a demanda aumenta os preços precisam subir para aumentar o lucro dos empresários que vão ter que investir para aumento de capacidade. Este aumento de demanda é exatamente o impulso que propicia o crescimento econômico. O governo no Brasil combate esta inflação de equilíbrio de preços com aumento de juro. Misturam o conceito de hiperinflação causada por déficit fiscal coberto por impressão de papel moeda (Alemanha 1921-1924 e Brasil 1986-1994) com inflação de mercado gerada por equilíbrio entre oferta e demanda, seja em matérias-primas ou mão-de-obra.

John M Keynes desenvolveu o conceito de demanda agregada e sua importância para combater o desemprego. O que ajuda a geração de riqueza em um país ter mão-de-obra ociosa, parada em casa? O Liberalismo defendia que a ociosidade é boa para reduzir o poder de barganha dos trabalhadores, que aceitariam salários mais baixos para voltar ao emprego. Este processo é socialmente doloroso e economicamente ineficiente (desperdício de tempo da sociedade). É mais produtivo gerar obras públicas para ocupar esta mão-de-obra construindo infraestrutura que será utilizada no futuro. Importante aqui não confundir investimentos em infraestrutura com despesas inúteis do governo para garantir renda e consumo. Pelo conceito de Keynes precisamos garantir demanda agregada para ocupar todos os nossos trabalhadores (**Desenvolvimentismo**). A demanda agregada depende da taxa de câmbio, do juro e da poupança fiscal.

A taxa de câmbio deixada a mercado (flutuante) procura um equilíbrio e deixa de ser uma indutora de crescimento. Para um país com inúmeras commodities agrícolas e minerais, riquezas que possuem baixo conteúdo de emprego, e de empregos com baixos salários, ocorre um fenômeno chamado de Doença Holandesa, que se trata de sobrevalorização da moeda para um patamar que tira a competitividade da indústria, onde há empregos de maior valor agregado e em maior quantidade do que no setor de commodities. Além de usar o câmbio flutuante, nosso governo implantou a Lei Kandir que tira impostos (ICMS, PIS, CONFINS) nas exportações destas commodities, tornando este efeito ainda mais nocivo. Além de desestruturarmos nossa manufatura, que caiu de 25% do PIB em 1990 para 9% recentemente, tornamos os estados dependentes de commodities fiscalmente deficitários como apresentado pelo REE-F da Folha de S. Paulo, tirando os tributos dos principais produtos destes estados e eliminando as indústrias que são as melhores arrecadadoras de tributos.

Milton Friedman, principal líder do **Monetarismo**, defende políticas de expansão de base monetária (expansionismo) através de redução do juro quando há desemprego e recursos ociosos. O desemprego no Brasil chegou a 13% e o governo mantém juro real de 4-5% quando o mercado internacional nos cobraria 1%.

Em resumo tivemos uma depressão criada voluntariamente no Brasil através de menosprezo ao conhecimento desenvolvido por Smith, Keynes e Friedman.

Tabela_1 e 2 demonstram os efeitos nocivos do juro na economia.

Tabela_1: Efeito da elevação do juro na economia brasileira

		2.011	2.012	2.013	2.014	2.015
Superávit primário	R\$B	128	105	91	(33)	(111)
- Juros	R\$B	(236)	(213)	(249)	(311)	(502)
Déficit nominal	R\$B	(108)	(109)	(158)	(344)	(613)
Crescimento PIB		3,9%	1,9%	3,0%	0,1%	-3,8%
SELIC		11,5%	8,5%	8,4%	11,0%	13,6%
IPCA		6,5%	5,8%	5,9%	6,4%	10,6%
Câmbio	R\$/US\$	1,60	1,90	2,20	2,30	3,50

Tabela_2: Perdas econômicas causadas pela depressão

	2.013	2.014	2.015	2.016
PIB (moeda 2015)	6.000	6.006	5.778	5.604
Cresc médio	2,6%		6.156	6.316
Perda PIB		(150)	(538)	(876)
Acumulado		(150)	(688)	(1.564)
Dívida	51,7%	57,2%	66,2%	75,2%
	3.102	3.435	3.825	4.215
Aumento		(333)	(389)	(390)
Acumulado		(333)	(723)	(1.113)
Perda Acumulada		(483)	(1.411)	(2.677)
Perda mensal		(40)	(77)	(105)

Taxa de câmbio para competitividade econômica internacional: R\$8,80

Competição internacional é baseada em preço, não em produtividade. Considerando a produtividade de cada país, é possível calcular o nível adequado da taxa de câmbio para suas exportações ficarem competitivas. A Tabela_3 tem os EUA como referência no índice de 100. Considerando a produtividade média da economia como o PIB per capita, só Singapura, Malásia e Taiwan são mais competitivos do que os EUA. Brasil está muito mal posicionado.

A taxa de câmbio que leva o Brasil ao mesmo nível de competitividade dos EUA é de R\$8,80 como calculado na Tabela_4. Em 2015 o PIB/cap do Brasil em paridade de poder de compra (PPC) era de US\$15,690, 28% do nível dos EUA. A taxa de câmbio a R\$4,00 estava produzindo um PIB/cap (nominal) de US\$8,802, com 44% de desvalorização. Se movermos o câmbio para R\$8,00, o PIB/cap nominal cai para US\$4.404, demarcando uma desvalorização de 72%, compensando a produtividade de 72% abaixo dos EUA.

A Figura_2 apresenta a taxa de câmbio efetiva do Brasil de 1980 até 2015. O nível de R\$8,30 coloca nossa moeda no mesmo nível que tínhamos com o câmbio paralelo nos anos 80, período em que o Brasil ainda crescia na industrialização e exportação de manufaturados. O Plano Collor sobrevalorizou nossa moeda e trouxe a participação da manufatura no PIB de 25% para os 9% de hoje.

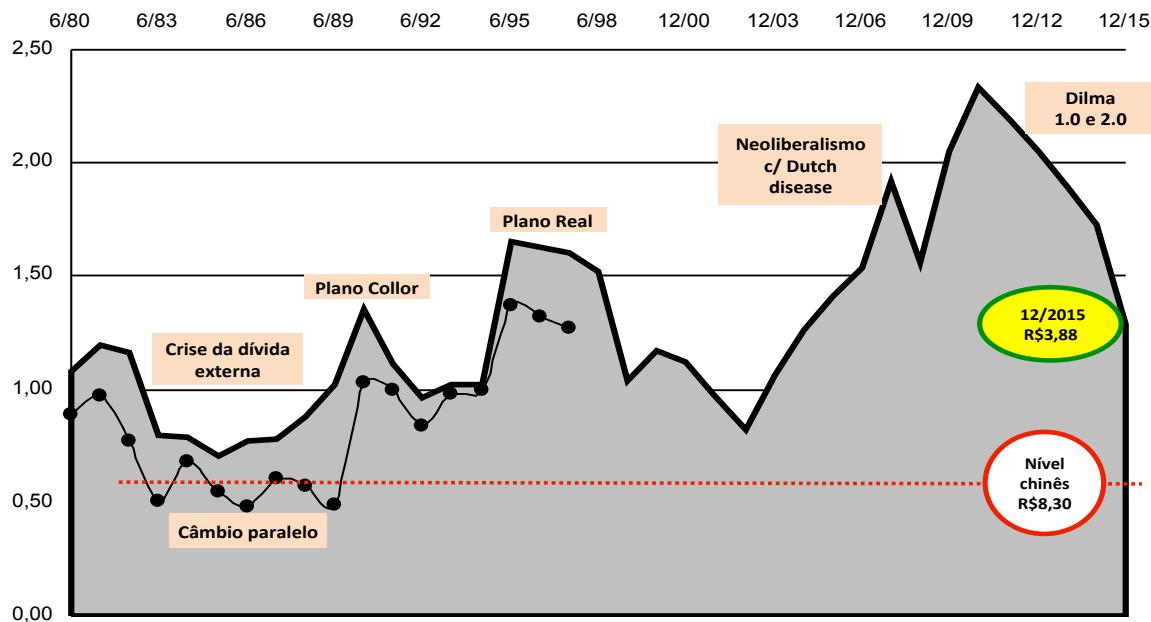
Tabela_3: Índice de Competitividade Econômica Internacional (CEI)

	Média 2013-2015			2015					Ind Transf				Emprego		
	GDP/cap	Growth	Dev	CEI Geral	GDP/cap-Ind Transf	CEI Ind Transf	GINI	HDI	CPI	emp	PIB	Agr	Ind	Pop	
United States	54.294	2,2%	100%	100	60.506	100	41	0,92	76	11%	12%	2%	18%	322	
Singapore	82.803	3,2%	67%	229	102.994	272	46	0,91	85	15%	18%	1%	20%	6	
Malaysia	25.045	5,1%	43%	109	36.956	159	46	0,78	50	16%	24%	13%	28%	30	
Taiwan (China)	45.734	2,7%	49%	174	43.640	155	34	0,88	62	30%	29%	4%	36%	24	
Ireland	51.087	3,8%	102%	93	74.618	136	33	0,92	75	14%	20%	5%	18%	5	
Thailand	15.645	2,1%	37%	78	26.349	129	39	0,73	38	16%	28%	39%	22%	68	
Russia	24.179	-0,7%	49%	95	26.587	124	42	0,80	29	14%	15%	9%	33%	143	
Indonesia	10.625	5,1%	33%	59	22.143	119	36	0,68	36	10%	22%	35%	21%	258	
Netherlands	47.977	0,8%	103%	86	63.691	117	28	0,92	87	9%	12%	2%	16%	17	
Canada	44.709	1,8%	109%	76	66.931	115	34	0,91	83	7%	11%	2%	19%	36	
Sweden	46.157	2,1%	121%	71	62.637	100	27	0,91	89	12%	17%	2%	19%	10	
Mexico	17.922	1,9%	58%	57	30.831	97	48	0,76	35	10%	18%	13%	22%	127	
Chile	23.043	2,8%	63%	68	32.565	95	51	0,83	70	8%	12%	9%	25%	18	
Germany	46.065	1,2%	98%	87	50.343	95	30	0,92	81	21%	23%	1%	28%	81	
Australia	46.360	2,4%	127%	68	61.688	93	35	0,94	81	5%	7%	2%	20%	24	
Poland	25.211	2,9%	54%	86	27.051	93	32	0,84	62	17%	18%	12%	30%	39	
Colombia	13.368	4,0%	54%	47	23.136	93	54	0,72	37	7%	13%	16%	21%	48	
Peru	11.838	3,5%	52%	42	26.143	93	45	0,73	36	7%	16%	25%	17%	31	
Spain	33.949	1,1%	85%	74	39.381	87	36	0,88	58	11%	13%	5%	20%	46	
Korea	35.245	3,0%	77%	84	36.825	81	31	0,90	56	30%	31%	6%	37%	50	
Denmark	44.536	0,7%	129%	64	54.107	79	29	0,92	91	11%	14%	3%	19%	6	
Argentina	22.248	1,3%	61%	67	27.447	76	42	0,84	32	13%	16%	0%	23%	43	
Panama	19.509	6,9%	57%	63	25.984	74	52	0,78	39	5%	6%	15%	19%	4	
Turkey	19.672	3,4%	52%	71	20.154	73	40	0,76	42	17%	17%	22%	26%	79	
Hong Kong SAR	54.999	2,7%	73%	139	32.521	72	54	0,91	75	2%	1%	0%	12%	7	
Ecuador	11.118	2,6%	55%	37	23.729	72	47	0,73	32	6%	14%	26%	18%	16	
Japan	37.533	0,7%	95%	73	36.042	70	32	0,89	75	19%	19%	4%	27%	127	
United Kingdom	39.693	2,4%	111%	66	45.045	69	33	0,91	81	10%	11%	1%	19%	65	
France	40.579	0,7%	104%	73	38.096	69	33	0,89	70	12%	11%	3%	21%	64	
Israel	33.066	2,8%	110%	55	39.742	62	43	0,89	61	12%	14%	2%	19%	8	
Italy	35.382	-0,4%	95%	69	30.821	61	35	0,87	44	18%	15%	4%	27%	60	
South Africa	13.060	1,7%	49%	49	15.491	58	63	0,67	44	11%	13%	4%	25%	54	
Portugal	27.013	0,3%	77%	65	24.035	58	36	0,83	63	15%	13%	11%	24%	10	
Philippines	6.962	6,4%	41%	31	14.026	57	43	0,67	35	10%	20%	31%	15%	101	
China	13.201	7,3%	58%	42	18.817	53	37	0,73	37	21%	29%	30%	31%	1.376	
Brazil	15.951	-0,1%	67%	44	18.029	53	53	0,76	38	10%	12%	14%	22%	208	
Uruguay	20.953	3,7%	80%	49	23.798	53	42	0,79	75	11%	13%	11%	23%	3	
Paraguay	8.425	7,1%	50%	31	15.051	52	48	0,68	27	6%	12%	27%	16%	7	
Vietnam	5.660	6,0%	36%	29	9.942	46	39	0,67	31	10%	18%	45%	22%	93	
Costa Rica	14.868	3,3%	71%	39	18.310	43	49	0,77	55	13%	16%	13%	19%	5	
India	5.805	7,2%	27%	39	6.719	41	34	0,61	38	15%	17%	44%	27%	1.311	
Totais	17.943	média												5.029	
GDP TOT (US\$B)	90.242													11	

Tabela_4: Cálculo do índice CEI para o Brasil

(dez-2015)	BR	EUA	Taxa
PIB/cap (PPC)	15.690	55.904	28%
PIB/cap nominal	8.802	55.904	4,00
PIB/cap (alvo)	4.404	55.904	8,00 dez-2105
+inflação			10%
			8,80

Figura_2: Taxa efetiva de câmbio no Brasil 1980-2015



Fontes: US\$ Commercial (OANDA), Consumer Price Index (US Statistical Abstract and Inflation Calculator); IGP-DI (FGV)

Tabus: inflação, produtividade, educação, poupança e corrupção

Divulgam-se incorretamente vários tabus macroeconômicos como razões para o fraco crescimento do Brasil nos últimos 30 anos, as décadas perdidas.

- a) Inflação. Não há correlação entre taxa de crescimento e inflação nos dados de todas as economias de sucesso em crescimento no período de 1960 e 1995 conforme a Tabela_5 a seguir. Coreia do Sul cresceu de 1960 a 1980 a taxas de 10% ao ano com inflação média de 19% ao ano. Brasil cresceu também a taxas de 8% ao ano de 1930 a 1960 (GV/JK) com inflação de 15 a 50% ao ano. E na década de 70 o mesmo se repetiu com inflação ainda mais alta.

Inflação causada pelo estímulo à demanda agregada faz parte do processo de crescimento. Inflação baixa é sinal de economia bem planejada, ou seja, os agentes conseguem aumentar a oferta junto com o aumento de demanda sem haver desequilíbrio e inflação. Contudo não faz sentido para qualquer país abrir mão de crescimento (geração de riqueza e emprego) para combater inflação.

Tabela _5: Crescimento de PIB e inflação para grupo de países (1960-1995)

País	Chile		Coréia do Sul		China		Malásia		Tailandia		India	
Pop	17.948		50.293		1.376.049		30.331		67.959		1.311.051	
PIB/CAP	23.564		36.528		14.190		26.141		16.081		6.209	
Units	Cresc	Inf	Cresc	Inf	Cresc	Inf	Cresc	Inf	Cresc	Inf	Cresc	Inf
1960												
1961	4,0%	7,5%	4,9%	14,1%	-27,3%	15,2%	7,6%	-7,8%	5,4%	3,7%	3,7%	2,1%
1962	5,2%	12,0%	2,5%	18,4%	-5,6%	-0,2%	6,4%	-1,1%	7,6%	0,5%	2,9%	4,4%
1963	6,1%	43,9%	9,5%	28,5%	10,2%	-2,6%	7,3%	16,8%	8,0%	-1,2%	6,0%	8,4%
1964	2,7%	46,4%	7,6%	32,9%	18,3%	-0,3%	5,4%	1,1%	6,8%	2,7%	7,5%	8,6%
1965	0,4%	41,2%	5,2%	6,4%	17,0%	0,9%	7,7%	2,7%	8,2%	4,3%	-2,6%	8,3%
1966	10,0%	28,5%	12,7%	14,0%	10,7%	-1,7%	7,8%	-1,4%	11,1%	8,2%	-0,1%	13,3%
1967	3,6%	25,2%	6,1%	16,1%	-5,7%	0,7%	3,9%	-2,3%	8,6%	-1,7%	7,8%	8,6%
1968	3,8%	33,8%	11,7%	15,9%	-4,1%	1,3%	8,0%	-3,3%	8,1%	-0,3%	3,4%	2,4%
1969	3,5%	40,0%	14,1%	14,6%	16,9%	-3,8%	4,9%	4,9%	6,6%	3,3%	6,5%	3,3%
1970	2,1%	40,7%	12,9%	20,2%	19,4%	-2,6%	6,0%	-0,5%	11,4%	-5,0%	5,2%	1,6%
1971	9,0%	18,3%	10,4%	12,1%	7,0%	0,7%	5,8%	3,6%	4,9%	-0,8%	1,6%	5,3%
1972	-0,8%	85,5%	6,5%	15,9%	3,8%	0,0%	9,4%	0,3%	4,3%	6,3%	-0,6%	10,8%
1973	-4,9%	414,0%	14,8%	13,0%	7,9%	0,1%	11,7%	17,9%	10,2%	18,4%	3,3%	17,8%
1974	2,5%	665,4%	9,4%	30,4%	2,3%	0,2%	8,3%	12,7%	4,5%	20,3%	1,2%	16,7%
1975	-11,4%	334,6%	7,3%	24,4%	8,7%	-1,2%	0,8%	-3,1%	5,0%	3,5%	9,1%	-1,6%
1976	3,4%	250,6%	13,5%	21,2%	-1,6%	-0,2%	11,6%	12,7%	9,3%	4,5%	1,7%	6,0%
1977	8,7%	105,8%	11,8%	14,8%	7,6%	1,1%	7,8%	6,9%	9,8%	6,0%	7,3%	5,6%
1978	7,5%	57,7%	10,3%	22,2%	11,9%	1,9%	6,7%	9,8%	10,3%	9,7%	5,7%	2,5%
1979	8,7%	45,7%	8,4%	18,5%	7,6%	3,6%	9,3%	12,1%	5,4%	8,6%	-5,2%	15,7%
1980	8,1%	28,8%	-1,9%	24,4%	7,8%	3,8%	7,4%	6,9%	5,2%	12,7%	6,7%	11,5%
1981	4,7%	13,0%	7,4%	17,4%	5,2%	2,3%	6,9%	1,1%	5,9%	8,4%	6,0%	10,8%
1982	-10,3%	8,5%	8,3%	6,1%	9,0%	-0,1%	5,9%	2,6%	5,4%	5,1%	3,5%	8,1%
1983	-3,8%	30,7%	12,2%	4,9%	10,8%	1,2%	6,3%	5,9%	5,6%	3,6%	7,3%	8,6%
1984	8,0%	12,6%	9,9%	4,5%	15,2%	5,0%	7,8%	4,8%	5,8%	1,4%	3,8%	7,9%
1985	7,1%	30,7%	7,5%	4,2%	13,6%	10,2%	-1,1%	-1,5%	4,6%	2,2%	5,3%	7,2%
1986	5,6%	22,1%	12,2%	4,2%	8,9%	4,7%	1,2%	-8,6%	5,5%	1,7%	4,8%	6,8%
1987	6,6%	25,8%	12,3%	4,8%	11,7%	5,1%	5,4%	7,5%	9,5%	4,7%	4,0%	9,3%
1988	7,3%	22,7%	11,7%	6,7%	11,3%	12,1%	9,9%	3,6%	13,3%	5,9%	9,6%	8,2%
1989	10,6%	13,5%	6,8%	5,7%	4,2%	8,6%	9,1%	4,5%	12,2%	6,1%	5,9%	8,4%
1990	3,7%	22,5%	9,3%	10,4%	3,9%	5,7%	9,0%	3,8%	11,2%	5,8%	5,5%	10,7%
1991	8,0%	22,4%	9,7%	10,2%	9,3%	6,7%	9,5%	3,6%	8,6%	5,7%	1,1%	13,8%
1992	12,3%	12,9%	5,8%	7,9%	14,3%	8,2%	8,9%	2,4%	8,1%	4,5%	5,5%	9,0%
1993	7,0%	11,8%	6,3%	6,4%	13,9%	15,2%	9,9%	4,0%	8,3%	6,5%	4,8%	9,9%
1994	5,7%	13,7%	8,8%	7,7%	13,1%	20,6%	9,2%	3,9%	8,0%	4,7%	6,7%	10,0%
1995	10,6%	10,4%	8,9%	7,5%	11,0%	13,7%	9,8%	3,6%	8,1%	5,7%	7,6%	9,1%

- b) Produtividade. Baixa produtividade não é razão para não crescer. Produtividade é na verdade o índice que mede o crescimento (PIB/capita), que mede a riqueza de um país. O desafio do crescimento é como aumentar a produtividade média do país. Isto ocorre através da geração de melhores empregos, levando mão-de-obra de setores menos produtivos para mais produtivos (p.ex. da agricultura para construção, da construção para a indústria), assim como através da melhoria de processos dentro de cada setor
- c) Educação. Como produtividade, não é razão para não crescer. O aprendizado da mão-de-obra ocorre no emprego e na escola. Os trabalhadores buscam mais estudo para conseguir ocupar posições de melhor remuneração no mercado de trabalho. A principal alavancas da boa educação é um bom mercado de trabalho que estimula as pessoas a se

prepararem melhor para conseguir aumentar seus ganhos. Pesquisa desenvolvida pelo Insper demonstrou que na década de 70 houve forte aumento de produtividade sem ser acompanhado pelo aumento do nível educacional da população, enquanto na década de 90 houve melhoria do nível educacional sem impacto na produtividade nacional.

- d) Poupança. Não é necessário poupar para crescer, na verdade o crescimento precisa de investimentos que dependem da lucratividade das empresas e de empréstimos. Quem investe não poupa, consome poupança dos outros, seja de capital externo ou interno. Quem poupa não investe. A poupança relevante é a poupança fiscal, ou seja, o governo consome menos recursos do que gera, sobrando assim recursos para investimento.
- e) Corrupção. China cresceu a taxas de 10% ao ano por quase 40 anos, sendo inicialmente um dos países mais corruptos do planeta. Corrupção é correlacionada com nível de desenvolvimento como comprova análise de dados da Transparência Internacional. Quanto maior o PIB/capita menor a corrupção, ou seja, os países mais desenvolvidos criaram instituições que inibem práticas de corrupção. É um sinal de estágio de desenvolvimento e não de taxa de crescimento.

Futuro depende de Planejamento, Meritocracia e Cidadania

A humanidade evolui seguindo algumas leis naturais. Entre elas destacam-se meritocracia e cidadania. Meritocracia tem a ver com o indivíduo mais capaz virar líder e ser alocado à posição de maior poder. Capitalismo ajuda nesta direção para os agentes econômicos e a república para os agentes políticos. Cidadania tem a ver com o comprometimento com a comunidade, com os demais seres humanos, e é servida pela democracia honesta onde ganha a eleição quem tiver a melhor proposta para a maioria dos cidadãos.

Três agentes são fundamentais para o crescimento inclusivo: o empresário, o político e o militar. O empresário gera crescimento, riqueza, empregos e arrecadação tributária. O político deve estimular o crescimento (macroeconomia) e distribuir a renda através dos investimentos em infraestrutura social (educação, saúde, moradia, transporte e telecom). O militar deve garantir a ordem e a cidadania através de seus valores de meritocracia e patriotismo.

Em resumo os políticos (governo) definem o incentivo (macroeconomia) para os empresários gerarem riqueza/emprego (distribuição de renda) e pagarem os tributos para o governo investir na infraestrutura social que fortalece a distribuição de renda maximizando a capacidade intelectual de todos os cidadãos. Os militares garantindo a Ordem devem evitar que empresários e políticos estabeleçam oligarquias que prejudiquem a comunidade (cidadania).

História do Brasil: Planejamento e Oligarquias

Temos uma História muito interessante na qual os militares garantiram Planejamento, Meritocracia e Cidadania em vários momentos importantes para o país. O primeiro militar relevante foi Tiradentes liderando iniciativas para nossa emancipação de Portugal tendo como inspiração a Independência dos EUA. Um século, após um Império Constitucional de D Pedro II, começa uma participação mais intensa dos militares com Deodoro/Floriano na formação da República, Hermes combatendo as oligarquias do café com leite e dos estados assim como profissionalizando a carreira militar, os tenentes (1922/24/30) apoiando Vargas na transformação brasileira (1930-54), Castello Branco, Costa e Silva e Médici com um novo Projeto de Brasil oprimindo interesses comunistas e irresponsáveis e levando o Brasil para um novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

A transformação do Brasil de 1889 a 1980 foi um grande sucesso em 3 grandes ondas: República Velha (até 1930), Era Vargas/JK (1930-1960) e Revolução Militar (1964-1980). De um Império Agrícola passou a uma República Em Industrialização com Ordem e Progresso. Os três agentes estavam agindo ativamente durante estes três períodos.

Após a Revolução, com os ressentimentos civis sobre a opressão para manter a Ordem, os militares abandonaram o barco permitindo que políticos e empresários retomassem o ambiente de oligarquias (financeira, empreiteiras, religiões, agronegócio e servidores públicos) que dominam o Congresso levando o país a uma situação de Desordem e Regresso econômico como nos encontramos atualmente.

A meritocracia ficou ferida com um nível intelectual significativamente inferior de todos os presidentes que tivemos desde a saída de Figueiredo: sociólogo, advogado/poeta, operário e economistas de instituições de segunda linha, alunos medianos. Até Figueiredo, a grande maioria de nossos presidentes era de generais e de ótimos alunos de boas instituições de ensino.

A cidadania (eliminação da miséria) foi usada pelo partido dos trabalhadores através de um esforço falso e inepto como no comunismo. Buscavam direitos sem responsabilidades. Distribuíam recursos nos gastos sociais sem se preocupar com a arrecadação (crescimento da economia). Assumiram o poder sem o devido mérito (capacidade intelectual) e nível de responsabilidade.

O planejamento ficou inexistente. Atividade exercida com excelência por Vargas, Juscelino e pelos militares, tornou-se uma área de distribuição de benefícios ilícitos nas negociações políticas.

Candidatos e Programas de Governo

Analizando os programas de governo dos candidatos mais relevantes, observo que nenhum deles enfrenta as oligarquias, principalmente a financeira que controla o juro no Banco Central e a demanda agregada brasileira. Neste contexto de

desemprego alto, e falência dos recursos públicos, não vejo como melhorar a infraestrutura social e a distribuição de renda nos próximos anos.

A chapa militar, que possui como vice-presidente um general, poderá nos apresentar boas surpresas caso saia bem sucedida nas eleições e o general consiga influenciar de forma definitiva o comportamento do capitão que largou o serviço militar há muito tempo e entregou o comando do planejamento e da economia para um liberal do setor financeiro alinhado com o status-quo que mais prejudica o crescimento com inclusão social no Brasil.

A oligarquia financeira domina o debate macroeconômico nos jornais e nas instituições de ensino. Através de argumentos falsos, principalmente o combate à inflação, usam juro abusivo que restringem nosso potencial de crescimento e de geração de investimentos em infraestrutura social. Estimo em R\$20 trilhões as perdas causadas ao país desde 1994. Tentei participar de debates na FGV/EESP e no Insper sobre os defeitos no tripé macroeconômico usado e os papers não foram aceitos. Lara Resende escreveu artigo no Valor caracterizando o uso do juro no combate à inflação como ineficiente e ineficaz e foi fortemente atacado pela Seita dos Falsos Liberais Rentistas que dominam a mídia nacional. Em resumo, não há meritocracia e busca da Verdade no debate macroeconômico brasileiro.

A oligarquia das religiões com inúmeros representantes no Congresso (82) não arrecada tributos apesar de terem um dos negócios mais lucrativos existentes. Como que um negócio “religioso” não arrecada tributos que seriam usados para investimento na infraestrutura social do país? O negócio religioso é o que menos faz para os benefícios sociais do Brasil.

A oligarquia da agricultura com a maior bancada no Congresso (210) também tem impostos reduzidos através da eliminação de ICMS, PIS e COFINS na exportação. Não pagam os devidos impostos, utilizam em demasia nossa infraestrutura, geram poucos empregos sendo a maioria de baixo valor agregado, e ainda sobrevalorizam a moeda de maneira a inviabilizar nossa estrutura industrial.

A oligarquia dos servidores públicos tem remuneração acima da média do setor privado, não corre o mesmo risco ao ter estabilidade no emprego, está claramente corrompida como demonstra a Lava Jato e constitui a segunda maior bancada no Congresso (132).

A Covardia que invadiu a sociedade brasileira quando os militares deixaram o poder nos colocou neste imbróglio. Quando vamos retomar a Ordem e o Progresso de nossa República com a coragem necessária para viver na busca da Verdade?

Bibliografia:

- The General Theory of Employment, Interest and Money; John Maynard Keynes – 1936
- An Inquiry Into Nature and Causes of The Wealth of Nations; Adam Smith – 1776
- Presidente da Semana; Folha de S. Paulo; Rodrigo Vizeu
- REE-F e REM-F; Folha de S. Paulo;
- Donos do Congresso; Estadão; Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli, Marcelo Godoy, Pablo Pereira, Renan Truffi e Renata Agostini
- Economic Strategies of Nations – material do curso na Harvard Business School; Bruce R. Scott
- Capitalism: Its Origins and Evolution as a System of Governance; Bruce R. Scott
- Cosmos: A Spacetime Odyssey. Carl Sagan, Neil deGrasse Tyson, Brannon Braga, Ann Druyan, Steven Soter
- How do Economies Grow. Bruce R Scott
- The East Asian Miracle. The World Bank – Joe Stiglitz & others
- Kicking Away The Ladder: Development Strategies in Historical Perspective. University of Cambridge. Ha-Joon Chang/South Korea.
- Productivity: The key to an accelerated development path for Brazil. McKinsey Global Institute
- The Nature of Man. Michael Jensen
- Self-interest, Altruism, Incentives and Agency Theory. Michael Jensen
- The System Dynamics National Model: Macro behavior from Microstructures. MIT – Jay Forrester
- 13o Fórum de Economia da FGV EESP; Semi-estagnação desde 1981. Por quê? – 2016
- 12o Fórum de Economia da FGV EESP; Competitividade e Crescimento – 2015
- 1st New Developmentalism's Workshop: Theory and Policy for Developing Countries; FGV EESP – 2016
- The 6th Latin American Advanced Programme on Rethinking Macro and Development Economics (LAPORDE); FGV EESP – 2016